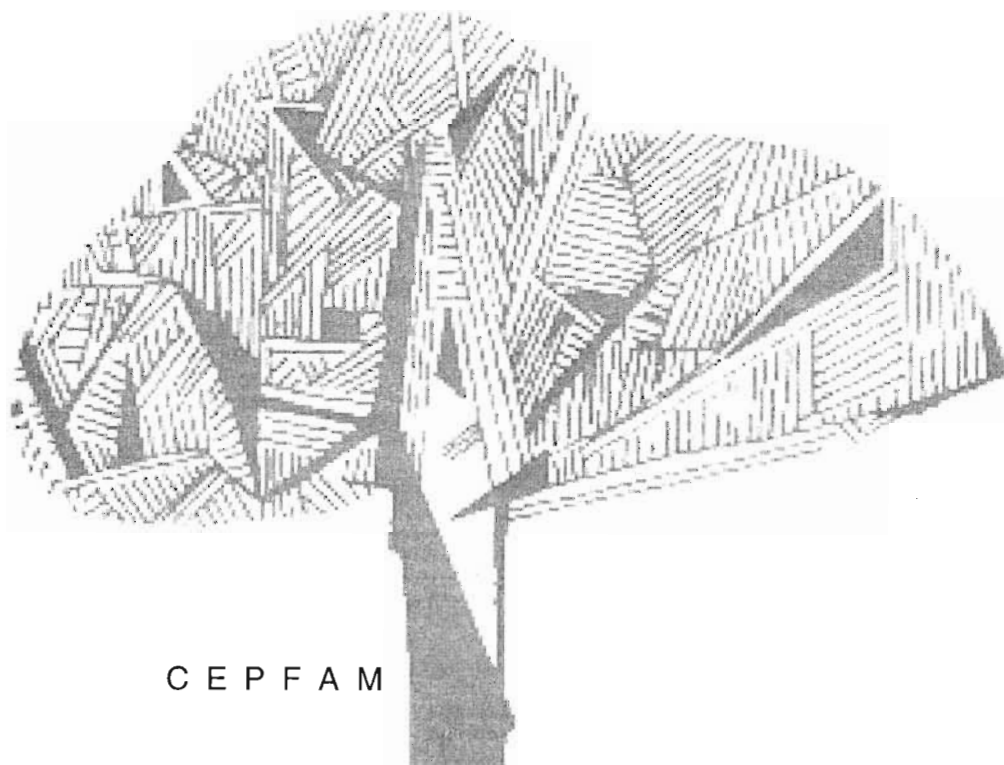


I

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



C E P F A M

Título – POPULAÇÃO E SOCIEDADE – N.º 1/1995

Edição

CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família

Rua do Campo Alegre, 1055

4150 Porto

Telefone: (02) 6001513

Director: FERNANDO DE SOUSA

Capa: JOÃO MACHADO

Execução: Gráficos Reunidos, Ld.ª – Porto

ISBN 0873/1861

Depósito Legal n.º 94133/95

Tiragem: 1000 exemplares

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NA IDADE MÉDIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Henrique David
Universidade do Porto

Este texto tem como objectivo único referenciar os trabalhos em que são avançados quantitativos, totais ou parciais, sobre a população portuguesa na Idade Média.

A primeira fonte a ser utilizada com esse objectivo foi o *rol dos besteiros do conto*, datável de 1421-1422¹. Rebello da Silva propôs um valor ligeiramente superior a um milhão de habitantes para a população portuguesa², para tal socorreu-se da relação estabelecida por Soares de Barros, entre o número de besteiros e o de habitantes de Lisboa e Porto [1:212,5]³.

A proposta de Rebello da Silva foi criticada por Gama Barros⁴ e por Costa Lobo⁵, nomeadamente no que diz respeito à arbitrariedade do cálculo de um coeficiente multiplicador. Pese toda a polémica, este valor é aceite por Lúcio de Azevedo⁶ e por Oliveira Marques⁷.

No que diz respeito a este tipo de fontes há ainda a referir um outro arrolamento de besteiros, que no entanto só oferece informação para uma zona que compreende parte do Ribatejo e da Beira Litoral, e que é datável entre 1260 e 1279⁸. Este rol foi utilizado por Oliveira Marques, juntamente com a listagem dos tabeliães existentes no Reino (com exclusão do Algarve) em 1287-1290 (documentos publicados em apêndice), para apresentar conclusões sobre a distribuição relativa da população pelo território e a importância comercial e industrial dos respectivos centros, sem, no entanto, estabelecer quantitativos populacionais⁹.

Outras fontes utilizadas pelos investigadores foram as Inquirições. Dado que este tipo de informação não é extensivo a todo o território, ele só pode ser trabalhado por regiões. Assim sendo, Avelino de Jesus da Costa explorou minuciosamente as Inquirições de 1220 e 1258, conjuntamente com os censuais de Braga e Guimarães, propondo um número de 108970 habitantes nos 21794 fogos do território compreendido entre Lima e Ave e entre Ave e Vizela¹⁰. Para tal atribuiu o número de cinco habitantes por fogo, "por ser a conclusão a que chegou Ferdinand Lot para os meios rurais da França no séc. XIV"¹¹. Esta relação entre número de habitantes e fogos é outro problema de muito difícil resolução, quer pela ausência de fontes que a tal nos habilitem, quer pela sua quase certa variação no tempo e no espaço.

Outras duas conclusões foram aduzidas por Avelino de Jesus da Costa: que a população do território abrangido pelos censuais de Braga e Guimarães se manteve praticamente estacionária desde meados do séc. XI a meados do séc. XIII¹²; e que no Minho (e talvez em todo o Reino) a população rural continuou estável nos três séculos decorridos entre 1220-1258 e 1527-1531¹³.

Estas fontes foram tratadas por Maria Helena da Cruz Coelho para o estudo da população da região de Guimarães¹⁴ e da Terra da Nóbrega¹⁵, tendo a autora optado pelo mesmo coeficiente de conversão de fogos em habitantes. São ainda apresentados

dados sobre o número de fogos por freguesia e avançados valores de densidade populacional.

Partindo da análise das Inquirições de 1258, José Mattoso, Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade, propõem um total de 1980 habitantes (396 casais, atribuindo o índice 5 para o número de moradores por casal), a que corresponderia uma média de 30 habitantes por Km² para o espaço actualmente ocupado pelo concelho de Paços de Ferreira ¹⁶.

Estes mesmos autores, estudando as Inquirições do séc. XIII para a Terra de Santa Maria, dão-nos informações sobre a distribuição espacial da população, número de povoados, valores médios das áreas das freguesias e, ainda, da densidade populacional, partindo de uma relação estabelecida com os valores obtidos para Paços de Ferreira ¹⁷.

Trabalhando sobre a Arquidiocese de Braga no século XV, José Marques deu-nos a conhecer fontes documentais eclesiásticas bracarenses que permitiram um conhecimento do número de vizinhos de Braga e seu termo em 1477, 1493, 1506 e 1514 ¹⁸. Este autor aproveitou para precisar melhor a afirmação de Avelino de Jesus da Costa acerca do estacionamento da população rural no período compreendido entre 1220-1258 e 1527-1531. Antes do mais, porque teria havido grandes alterações no cômputo geral da população, nomeadamente no período a seguir à Peste Negra e à peste de 1361 ¹⁹, fixando "em meados do século XV o início da recuperação na sede do arcebispado" ²⁰; depois, porque, "em 1527-1531 ainda se não tinha atingido o nível demográfico dos meados do século XIII", em parte devido à crise intercalar de 1506-1514 ²¹.

O Numeramento da Beira Interior de 1496, inquérito mandado fazer por D. Manuel e que abrangeu a correição e comarca de Castelo Branco, Guarda e Pinhel, foi inicialmente apreciado por Virgínia Rau, ao mesmo tempo que analisou quer a relação entre fogo, morador e vizinho, quer o coeficiente habitante/ fogo, chamando a atenção para as múltiplas razões que conduzem a um "valor problemático" para este último ²².

Anos volvidos, João José Alves Dias estudou minuciosamente este Numeramento, apresentando, para a Beira Interior, uma população compreendida entre 56991 e 81415 habitantes (resultantes da multiplicação dos 16283 fogos pelo factor 3,5 ou 5, respectivamente) ²³.

José Mattoso, para além de analisar os diversos ritmos de crescimento da população entre finais do século XI e o primeiro quartel do século XIV, apresenta uma estimativa da população portuguesa (com excepção do Algarve), na segunda metade do século XIII ²⁴. Para tal, tomou como ponto de partida os 108970 habitantes propostos por Avelino de Jesus da Costa para a região entre Lima e Vizela ²⁵; daí "previu" uma população de 120000 habitantes para o Entre Douro e Lima (excluída a diocese do Porto), o que dividindo pela área de 3000 km² ²⁶ deu para densidade populacional dessa região 40 hab./km². Em seguida, por uma relação de proporcionalidade entre o número de km² que corresponderiam, em cada região, a um tabelião (do numeramento de tabeliães de 1287-1290) ²⁷ e a densidade populacional, tendo como base o Entre Douro e Lima, calculou as densidades populacionais para as outras regiões. Por fim, multiplicando cada uma das densidades populacionais pelas respectivas áreas propôs as populações. Diz o autor: "Os quase 700 000 habitantes aqui encontrados, representam, decerto, um quantitativo inferior à população real, mas as densidades apontadas poderão considerar-se uma ordem de grandeza verosímil, em termos comparativos" ²⁸.

Pese embora as dificuldades apresentadas, nomeadamente o número de isentos que, por diversas razões, possam escapar aos levantamentos, as fontes de natureza fiscal são das mais úteis neste tipo de investigação, o que levou diversos investigadores

a debruçarem-se sobre elas. O número de vizinhos de Arruda dos Vinhos em 1369-1371, bem como a sua estratificação económico-social, é-nos dado a conhecer por A. H. de Oliveira Marques; partiu de um mandato de D. Fernando que tinha como objectivo conseguir os fundos e a mão-de-obra necessários para a construção das muralhas da cidade de Lisboa ²⁹.

Ao estudarem o "Livro da Abertura da Rua Nova", que nos dá a conhecer aqueles que contribuíram para tal obra, Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte propõem "como hipótese, para ser discutida, ...que os estratos de camponeses médios e pobres, de mesterais e de outras profissões modestas no termo do Porto em 1438-1440 deviam situar-se entre 20 000 e 25 000 almas" ³⁰.

Analisando a estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505, João José Alves Dias proporciona-nos dados sobre o número de fogos existentes na vila de Loulé e na freguesia de Salir ³¹.

Ana Maria Rodrigues calculou o número de chefes de família de Torres Vedras em 1381, a partir de uma finta lançada sobre os moradores desta vila, e comparou os resultados obtidos com os de 1309, resultantes de uma inquirição mandada realizar pelo bispo de Lisboa a todas as unidades de produção agrícola da vila e do seu termo. Informações de índole sócio-económica complementam este trabalho ³².

O número de vizinhos de Alenquer, em finais do século XV, bem como a sua estratificação social, é-nos avançado por Vitorino Magalhães Godinho ³³.

Embora feita com intuítos eminentemente económicos, a análise, da autoria de Iria Gonçalves, do empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora, destinado às lutas que então se travavam com Castela, fornece-nos dados quantitativos sobre os diversos estratos da população eborense ³⁴.

A vila de Ponte de Lima teria, por volta de 1412, pelo menos quatro centenas de fogos, segundo Amélia Aguiar Andrade ³⁵.

A falta de documentação que possibilite uma avaliação, com um mínimo de segurança, do número de habitantes, levou alguns investigadores a avançarem com valores que não passam de meras propostas. Estão entre estas as apresentadas por Rita Costa Gomes para a Guarda, ao afirmar que a cidade do século XIV "talvez chegasse apenas, em previsão pessimista, aos 1000 habitantes", ou que "poder-se-á admitir a existência, no final do século XIV, de cerca de 1200 habitantes" ³⁶; e por Armindo de Sousa para a cidade do Porto: "creio realista afirmar que em todo o período deste capítulo, 1114-1495, a cidade do Porto nunca ultrapassou a cifra de 4000 habitantes" ³⁷.

Não queremos terminar estas breves notas bibliográficas sem deixar de referir que o cálculo da população portuguesa na Idade Média é tarefa de grande dificuldade. Até 1527, altura em que se realiza o primeiro numeramento geral, apenas se conhecem duas fontes que abrangem todo o País – a lista das igrejas de 1320-1321 e o rol dos besteiros do conto de 1421-1422.

Ora estas fontes, embora ofereçam dados inestimáveis sobre a distribuição da população pelo território ou das suas variações ao longo da Idade Média, de que são exemplo os trabalhos de A. H. de Oliveira Marques já citados, apresentam a dificuldade de cálculo de um coeficiente multiplicador que possibilite a sua conversão em número de habitantes.

As outras fontes – róis de besteiros, arrolamento de tabeliães, inquirições, censuais – para além de parciais, no que se refere ao território abrangido, apresentam problemas

semelhantes. Pensamos, no entanto, que a conjugação da informação das inquirições, censuais e outras fontes eclesásticas poderá ser das mais produtivas, como demonstram os trabalhos de Avelino de Jesus da Costa, José Marques e Maria Helena da Cruz Coelho.

Por fim, uma última referência às fontes de tipo fiscal. Dado que eram (juntamente com as inquirições) as que implicavam um mais rigoroso levantamento do número de fogos, são do maior valor para o conhecimento das populações medievais. Tal como diz M.-A. Arnould: "os levantamentos de fogos são por excelência as fontes da história demográfica dos meios rurais da Baixa Idade Média"³⁸. Ora, no que diz respeito a Portugal, as que até hoje são conhecidas e foram objecto de estudo, não só dizem respeito a zonas do território muito limitadas, como a épocas muito diversas.

NOTAS

* Muito agradecemos à Prof.^ª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho as suas sugestões para este trabalho.

1. SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2^a ed., tomo III, I Parte, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1948, pp. 451-455 (1^a ed., 1743).
2. SILVA, L. A. Rebello da – *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865. Parte I (De 1097-1640)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 42-72.
3. BARROS, Jozé Joaquim Soares de – *Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia*, in "Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa", Lisboa, tomo I, 1789, pp. 123-151.
4. BARROS, Henrique da Gama – *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1896, pp. 244 e 307.
5. LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, Caps. I e II.
6. AZEVEDO, J. Lúcio de – *Organização Económica*, in "Historia de Portugal", direcção de Damião Peres, vol. II, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, p. 415.
7. MARQUES, A. H. de Oliveira – *A População Portuguesa nos Fins do Século XIII*, in "Ensaio de História Medieval Portuguesa", 2^a ed., Lisboa, Editorial Vega, 1980, p. 54 (1^a ed., 1958).
8. Referido por Rebello da Silva (*op. cit.*, p. 43) e publicado por Gama Barros (*op. cit.*, p. 233).
9. MARQUES, A. H. de Oliveira – *op. cit.*, pp. 51-92.
10. COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Separata da Revista "Biblos", XXIII, vol. I, Coimbra, 1959, pp. 207-237.
11. IDEM, *op. cit.*, p. 231.
12. IDEM, *op. cit.*, p. 233.
13. IDEM, *op. cit.*, p. 225.
14. COELHO, Maria Helena da Cruz – *A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII*, in "Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI) I – Notas do viver social", Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 139-169 (1^a ed., 1979).
15. COELHO, Maria Helena da Cruz – *A Terra e os homens da Nóbrega no século XIII*, in "Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI) I - Notas do viver social" Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 170-198.

16. MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia AGUIAR - *Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias*, s/l, s/e, p. 182 (Separata de Paços de Ferreira - Estudos Monográficos).
17. MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia AGUIAR - *O castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 71-76.
18. MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 267-317.
19. Sobre este assunto, ver, nomeadamente: GONÇALVES, Iria Vicente - *Consequências demográficas da Peste Negra*, in "Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval", tomo I, nº especial da Revista "Bracara Augusta", vol. XIV-XV (Janeiro - Dezembro 1963), pp. 214-220; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Demografia - Na Idade Média*, in "Dicionário de História de Portugal", direcção de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 795-796; IDEM - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (vol. IV da "Nova História de Portugal", direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 15-46; COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* (Estudo de História Rural), vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, pp. 69-81, no qual são apresentados dados quantitativos sobre terras abandonadas, bem como a sua localização geográfica.
20. MARQUES, José - *op. cit.*, p. 291.
21. IDEM, *op. cit.*, p. 307.
22. RAU, Virginia - *Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (resultados e problemas de métodos)*, in "Estudos de História Medieval", Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 96-127 (1ª ed., 1965).
23. DIAS, João José Alves - *A Beira Interior em 1496 (Sociedade, Administração e Demografia)*, in "Arquipélago", Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas, nº IV (Janeiro 1982), pp. 95-193.
24. MATTOSO, José - *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Vol II - Composição*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 15-28.
25. COSTA, Avelino de Jesus da - *op. cit.*, p. 231.
26. MARQUES, A. H. de Oliveira - *A População Portuguesa...*, p. 69.
27. IDEM, *op. cit.*, p. 69.
28. MATTOSO, José - *op. cit.*, p. 18.
29. MARQUES, A. H. de Oliveira - *Estratificação Económico-Social de uma Vila Portuguesa da Idade Média*, in "Ensaios de História Medieval Portuguesa", 2ª ed., Lisboa, Editorial Vega, 1980, pp. 121-133 (1ª ed., 1963).
30. AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel - *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento Territorial no Porto Quatrocentista)*, in "Revista de História", Centro de História da Universidade do Porto, vol. VI, Porto, 1985, pp. 7-96.
31. DIAS, João José Alves - *Estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505*, in "História & Crítica", nº 13 (Junho 1986), pp. 59-64.
32. RODRIGUES, Ana Maria - *A População de Torres Vedras em 1381*, in "Revista de História Económica e Social", nº 25 (Janeiro-Abril 1989), pp. 15-46.
33. GODINHO, Vitorino Magalhães - *Complexo Histórico-Geográfico*, in "Dicionário de História de Portugal", direcção de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 646.
34. GONÇALVES, Iria - *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, "Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal", nº 30, Lisboa, 1964 (estudo publicado em "Ciência e Técnica Fiscal", n.ºs 68-69, Agosto-Setembro 1964).
35. ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 149.
36. GOMES, Rita Costa - *A Guarda Medieval 1200-1500*, "Cadernos da Revista de História Económica e Social", n.ºs 9-10, Lisboa, 1987, pp. 103-104.
37. SOUSA, Armindo de - *Tempos Medievais*, in "História do Porto", direcção de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, p. 193.
38. ARNOULD, M.A. - *Les relevés de feux* (fasc. 18 da "Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental", direcção de L. Genicot), Turnhout (Bélgica), Éditions Brepols, 1976, p. 79.

